

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 158 - Brasília, sexta-feira, 2 de fevereiro de 1996

Tuma aponta riscos na liberação de maconha

Senador afirma que consumo de drogas é um assunto tão sério que coloca em risco a estabilidade política da Colômbia, cujo presidente foi acusado de ter-se beneficiado de dinheiro do narcotráfico

Jefferson e Odacir debatem o governo JK, que faz 40 anos

Os senadores Jefferson Peres e Odacir Soares, em pronunciamentos diferentes, comentaram a dimensão histórica do governo Juscelino Kubitschek, na passagem do 40º aniversário da posse do ex-presidente da República. **Página 3**



Tuma: maconha, fácil de ser encontrada, é a porta para o vício

O senador Romeu Tuma (SP) manifestou-se ontem preocupado com a discussão em torno da descriminação da maconha, alertando que esta é a droga mais fácil de ser encontrada pelos jovens, propiciando facilmente o início do vício. Ele advertiu que o consumo de drogas é um assunto tão complexo que está colocando em risco a estabilidade política da Colômbia, cujo presidente foi acusado de ter-se beneficiado do dinheiro do narcotráfico para eleger-se.

Para o senador, a maconha pode ser fatal porque o usuário vai, naturalmente, procurar drogas mais pesadas à medida que começa a considerar fracos os seus efeitos. Tuma reconhece que o usuário deveria ter um tratamento diferente do traficante, visto que não é a cadeia que vai recuperá-lo.

Romeu Tuma se disse consternado com o drama vivido por tantas famílias brasileiras que têm filhos drogados e lastimou que o governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, tenha admitido ser capaz de usá-la para sentir-lhe os efeitos. "Não se pode brincar com assunto tão sério", alertou o senador.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) informou que, por modificação genética, foi desenvolvida uma variedade de maconha altamente tóxica. "Na hipótese de essa erva ser descrimnada, como o policial poderá diferenciar essa droga pesada da outra?", questionou ele.

Sarney anuncia funcionamento da TV Senado

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou o início de funcionamento, em caráter experimental, da TV Senado - no canal 45 operado pela NET - a partir de segunda-feira, dia 5. Na primeira fase, serão transmitidas apenas para Brasília as sessões plenárias da Casa.

A partir do dia 15, a programação começará às 9h e se prolongará até as 23h30 dos dias úteis, com cobertura das atividades das comissões, além das sessões plenárias.

Sarney informou dos entendimentos com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, para que o sinal da TV Senado passe a abranger todo o país, via satélite, já em março. Ele agradeceu o esforço da equipe da Secretaria de Comunicação Social, destacando o empenho de seu diretor, Fernando César Mesquita,

e de Marilena Chiarelli, coordenadora da TV Senado.

Diversos senadores congratularam Sarney, destacando o momento histórico da nova fase de divulgação do Senado. Bemard Cabral (AM), Pedro Simon

(PMDB-RS), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Ademar Andrade (PSB-PA) comentaram que com a TV Senado a população poderá acompanhar as atividades da Casa e o trabalho dos senadores.

Calheiros destaca avanços na comunicação

O aperfeiçoamento do sistema de divulgação do Senado, empreendido pela Secretaria de Comunicação Social, foi posto em destaque pelo segundo-secretário da Mesa Diretora, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele lembrou terem sido criados novos veículos, citando com ênfase a cobertura ao vivo das sessões plenárias da Casa, pelo canal de TV a cabo que será inaugurado dia 5.

Calheiros citou a criação

do programa radiofônico *Senado em Linha Direta*, que coloca dois boletins diários à disposição das emissoras do interior; e a inauguração, ainda este mês, da *Agência Senado Rádio Sat*, destinada a transmitir a qualquer emissora noticiário atualizado.

Calheiros destacou ainda a edição diária do *Jornal do Senado*, que "oferece uma abordagem não oficialista dos fatos, repondo a verdade frequentemente distorcida".



Calheiros

Lucena relata trabalhos de delegação à ONU

Entre pontos mais importantes, senador destaca proposta de abrir duas vagas no Conselho de Segurança para países em desenvolvimento e a relativa à globalização de fluxos financeiros

FEF vai terça a debate em plenário

O plenário do Senado inicia terça-feira a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que institui o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A proposta foi aprovada sem emendas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, conforme o parecer do relator, senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Contratação de estrangeiros

Na segunda sessão de discussão da proposta de emenda constitucional destinada a permitir a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem seu apoio à iniciativa, afirmando que, certamente, o Brasil se beneficiará muito com o intercâmbio de conhecimentos a ser propiciado pela medida. Conforme Suplicy, é consensual a aprovação da proposta na próxima quarta-feira, quando ela será votada em primeiro turno.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apresentou ontem o relatório dos senadores que integraram a delegação brasileira à 50ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, entre 1º e 15 de dezembro do ano passado. Além de Lucena, por indicação do presidente do Senado, José Sarney, a delegação contou com a presença dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Lucídio Portella (PPB-PI).

Entre as várias atividades desenvolvidas, o senador paraibano destacou a proposta de abrir duas vagas no Conselho de Segurança da ONU para países em desenvolvimento, apresentada pela delegação brasileira. Lucena ressaltou também a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de apresentar um projeto de resolução



Humberto Lucena

sobre a globalização dos fluxos financeiros. Segundo o senador, após duas semanas de intensas negociações, o projeto obteve "consideração altamente favorável" por parte dos representantes de países desenvolvidos, em desenvolvimento e de entidades internacionais, como o FMI e a Unctad.

Alcântara defende substitutivo de Darcy à LDB



Alcântara pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) ao projeto de lei de Diretrizes e

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem o substitutivo apresentado pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) ao projeto de lei de Diretrizes e

Bases da Educação, cuja votação em turno suplementar está prevista para o dia 7 de fevereiro. Segundo Alcântara, o substitutivo, que resultou de consenso, é inovador, humanista, valoriza a escola pública e guarda coerência com uma visão de futuro para o país.

O senador Bernardo Cabral (AM), em aparte, defendeu a aprovação da LDB e observou que, toda vez que o Parlamento "não consegue ver matéria de sua competência aprovada", transferindo a decisão para os outros poderes republicanos, isso resulta em desprestígio dos parlamentares.

Arruda: Líderes decidem emendas prioritárias

Todos os líderes de partidos com representação no Senado vão se reunir com o presidente da Casa, José Sarney, às 17h de ter-

ça-feira, para decidirem que emendas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) consideram prioritárias para votação

em destaque, em plenário. A informação foi transmitida ontem ao plenário pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: *PEC nº 61/95, que permite a admissão de técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica (terceiro dia de discussão em primeiro turno).

Previsão dos trabalhos para a próxima semana

PLENÁRIO

Segunda-feira (05.02.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária

Pauta: *PEC nº 61/95, que permite a admissão de técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica (quarto dia de discussão em primeiro turno).

Terça-feira (06.02.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária

Pauta: *PEC nº 61/95, que permite a admissão de técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica (quinto e último dia de discussão em primeiro turno), e *PEC nº 68/95, que institui o Fundo de Estabilização Fiscal. (primeiro dia de discussão em primeiro turno).

Quarta-feira (07.02.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária

Pauta: *PEC nº 68/95, que institui o Fundo de Estabilização Fiscal (segundo dia de discussão em primeiro turno) e *Substitutivo do Senado ao PLC nº 101/93 (em turno suplementar) que estabelece diretrizes e bases da educação nacional.

Quinta-feira (08.02.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária

Pauta: *PEC nº 68/95, que institui o Fundo de Estabilização Fiscal. (terceiro dia de discussão em primeiro turno)

Sexta-feira (09.02.96)

9h - Sessão Deliberativa Ordinária

Pauta: *PEC nº 68/95, que institui o Fundo de Estabilização Fiscal. (quarto dia de discussão em primeiro turno).

Suassuna apóia ação do governo para cobrar dívidas

Senador afirma que entre as providências em estudo consta a reformulação do aparato legal para apressar pagamento dos débitos



Jefferson Peres

Jefferson questiona governo de JK

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) questionou ontem a unanimidade nacional criada em torno do governo de Juscelino Kubitschek. "Ouso criticar, porque existem os prós e os contras, mesmo em relação aos mitos", ressaltou.

Segundo o parlamentar, que se referiu ao parlamento dos 40 anos daquele governo, JK alternou bons e maus momentos durante a sua gestão. "Se por um lado ela foi marcada por obras de grande magnitude, pecou no aspecto social, além de deixar as finanças públicas comprometidas, incrementando a inflação".

Odacir exalta atuação política do ex-presidente



Odacir

Os quarenta anos da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República foram lembrados pelo senador Odacir

Soares (PFL-RO), classificando o construtor de Brasília como "o mais expressivo representante da cultura política brasileira".

Para Odacir, JK ganhou estatura de imperador ao embalar as teorias políticas clássicas, anistiando, reintegrando e promovendo militares rebeldes da Aeronáutica, que no ano de 1956, em Jacareacanga, tinham pretendido tirá-lo do poder, ainda no segundo mês de seu governo.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou ontem as providências adotadas pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento no sentido de constituir um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de sugerir ações visando ao recebimento dos estoques de créditos e alienação de imóveis federais da União.

Segundo Suassuna, o total desses créditos chega a R\$ 181 bilhões e entre as ações do grupo de trabalho consta a reformulação do aparato legal para apressar a sua cobrança, inclusive mediante terceirização, e "reestruturação da responsabilidade das custas dos proces-



Suassuna: medida evita novos tributos

so, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa".

- Que o governo busque os recursos para aplicação, mas busque receber as dívidas

passadas, principalmente daqueles que não cumpriram suas obrigações para com o povo e possa, desta forma, minorar o bolso do contribuinte, não criando novos impostos - afirmou.

Suassuna defendeu a necessidade de se mudar a legislação, visando acabar com as facilidades que, a seu ver, "hoje existem para aqueles que querem se esquivar de pagar o justo imposto".

Dono de shopping pode ter de indenizar furto

Os estabelecimentos comerciais que oferecem estacionamento gratuito a seus clientes e as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm estacionamentos pagos serão obrigados a indenizar o proprietário de veículo furtado ou roubado nas áreas sob sua administração ou responsabilidade, se aprovado projeto apresentado pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF).

O projeto isenta dessa obrigação os estacionamentos não remunerados com capacidade inferior a 100 vagas.

Valmir Campelo argumenta que a medida proposta é de relevante interesse social, já que esses serviços, "muitas vezes oferecidos com o objetivo de atrair consumidores aos supermercados e *shoppings centers*", não oferecem nenhuma garantia em caso de

furto ou roubo do veículo.

- Por ser o veículo um bem valioso, é necessário que o Estado promova meios jurídicos para proteger aqueles que, com esforço, conseguiram adquirir o seu automóvel - argumenta o senador, lembrando que os custos de manutenção desses estacionamentos estão embutidos nos preços dos produtos oferecidos pelos *shoppings* e supermercados.

Marina apela a Jatene para apoiar saúde no Acre

Cerca de 5 mil pessoas saem do Acre todo ano para fazer tratamentos de saúde em Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, porque os hospitais do estado não dispõem de equipamentos e especialistas em várias áreas. A Secretaria de Saúde dispõe de um serviço para pagar as passagens dessas pessoas, mas o

governo estadual suspendeu o repasse de verbas para esse atendimento, lamentou ontem, em plenário, a senadora Marina Silva (PT-AC).

Como resultado, neste momento a dívida da Secretaria de Saúde com agências de viagem chega a R\$ 100 mil. Marina Silva informou que recorrerá ao ministro da Saúde, Adib Jatene, para que

o governo federal repasse verbas para manutenção do serviço. A senadora afirmou que o governador do Acre, em vez de destinar R\$ 2,9 milhões para reformar os hospitais do estado, deveria ter investido no aparelhamento hospitalar, uma forma de evitar que as pessoas tenham de sair do estado para tratamento de saúde.

Cabral defende comissão de ética para a imprensa

Senador apóia instrumento que, a seu ver, evitaria publicação de ataques a homens públicos sem a checagem das fontes

O senador Bernardo Cabral (AM) disse ontem ser favorável à criação de uma comissão de ética para regular os desvios de imprensa, conforme foi proposto pelo jornalista Lúfs Nassif, em artigo



Cabral

publicado na *Folha S. Paulo* no dia 26 de janeiro. Segundo Cabral, essa seria a maneira de garantir que ataques a homens públicos não venham mais a ser publicados sem a devida checagem das fontes.

- A imprensa, às vezes, aceita uma fonte que não merece crédito e a transforma numa matéria acabada, disse ele. - E os jornalistas, quando querem nos atacar, não levam em consideração sequer o

nosso passado. Bernardo Cabral solidarizou-se com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) que, em pronunciamento feito no começo da sessão do Senado, manifestou-se surpreso e des-

mentiu as notícias que davam conta de uma suposta discussão entre o senador gaúcho e o presidente Fernando Henrique Cardoso, em torno da intervenção no Banco Meridional.

Bernardo Cabral pediu a atenção da sociedade para a lei de imprensa que tramita na Câmara, ressaltando a necessidade da criação de um instrumento legal, indicado pelas próprias empresas jornalísticas, com o objetivo de regular a atuação dos jornalistas.

Ademir pede mudanças no Inbra

O ministro da Administração, Bresser Pereira, prometeu entendimentos para a realização de concurso público visando



Ademir

contratar 2.500 funcionários para cumprir o programa de assentamentos. A informação é do senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao relatar encontro com o presidente interino do órgão, Raul do Valle. Ademir defendeu a reestruturação do Inbra e fez uma série de reivindicações em favor de trabalhadores rurais do Pará.

Simon diz que sempre foi a favor do Real

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) estranhou ontem notícias de que o presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa com parlamentares gaúchos, teria afirmado que o senador gaúcho sempre foi contra o Plano Real. "Sempre fui a favor", disse ele, acrescentando que o então presidente Itamar Franco poderia confirmar isso.

Simon garantiu que aquele encontro, realizado em jantar na casa do deputado gaúcho Adroaldo Streck, foi amistoso, e confessou-se impressionado com "a competência, análise e vivacidade" do presidente. O senador assinalou que fez um apelo a Fernando Henrique pela não-privatização do Banco Meridional, mas o presidente reafirmou que o banco será privatizado.

Amorim propõe missão para concluir obras paralisadas

A criação de uma comissão suprapartidária formada por senadores e deputados para priorizar a conclusão das obras públicas inacabadas foi sugerida ontem pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO).

Segundo ele, o país tem vivido momentos de perplexidade com escândalos denunciados na CPI do Orçamento e, mais recentemente, na das Obras Inacabadas, que teve seu relatório concluído no final do ano passado, revelando que 1.213 obras consumiram mais de



Ernandes Amorim

R\$ 10 bilhões.

- Ambos os acontecimentos revelaram ao Brasil fatos estarrecedores, marcados pela corrupção e pela irresponsabilidade na utilização do dinheiro público - condenou Ernandes Amorim.

A sugestão do senador é de que, após criada a comissão, os parlamentares analisem as obras prioritárias em conjunto, e destinem no Orçamento, por meio de emenda de bancada, os valores necessários à conclusão e à manutenção das obras.

Suplicy critica a prisão dos sem-terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o ditado popular segundo o qual "a justiça é a sanção das injustiças" para manifestar o seu inconformismo com a decisão do Poder Judiciário de Presidente Prudente (SP) de manter a prisão preventiva de líderes do Movimento dos Sem-Terra, no Pontal do Paranapanema.

O senador lamentou que, "na esteira do pensamento jurídico conservador", o juiz Fernando Florindo Marcondes tenha considerado conveniente "para a garantia da ordem pública" manter presos cidadãos que lutam por um pedaço de chão para plantar, que clamam pelo direito de trabalhar a terra para sobreviver, para educar os filhos, e lutam por uma vida digna.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■

Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.